

APROPRIAÇÕES DA INTERNET POR EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE BELO HORIZONTE (MG)

*Appropriations of the internet by solidarity economic organizations
in Belo Horizonte, Minas Gerais State, Brazil*

FONSECA, Reuber da Silva¹
MACHADO, Lucília Regina de Souza²

RESUMO

O problema que deu início a esta investigação³ nasceu da falta de conhecimentos disponíveis sobre como os empreendimentos da economia solidária poderiam, agora, contar com o apoio deste novo aliado, a Internet. Desta forma, este artigo tem como objetivo central conhecer e analisar apropriações da Internet por empreendimentos econômicos solidários (EES) de Belo Horizonte (MG). Buscou-se, ainda, identificar, a partir da visão de empreendedores econômicos solidários, quais benefícios e limites se interpõem ao uso da Internet nos processos de interlocução com o mercado e a sociedade. Dada a natureza do objeto, foi necessário se beneficiar da abordagem metodológica qualitativa. A entrevista foi o instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo. Concluiu-se, a partir da amostra estudada com doze EES intencionalmente selecionados, que na economia solidária do setor de vestuário de Belo Horizonte encontram-se avaliações favoráveis à inclusão digital, mas que tal posicionamento não significa plena apropriação da Internet e adesão à cultura digital.

Palavras-chave: Economia solidária; Cultura digital; Internet.

ABSTRACT

The problem that initiated this investigation comes from the lack of available knowledge about how solidarity economic could now count on the support of this new ally, the Internet. Therefore, this article aims to understand and analyze the central Internet practices for solidarity economic organizations from Belo Horizonte (MG). We sought also to identify, from the perspective of solidarity economic entrepreneurs economic benefits and limits which are interposed with Internet use in the processes of dialogue with the market and society. Given the nature of the object, it was necessary to take advantage of the qualitative approach. The interview was the instrument for collecting data

¹ Professor da Pós-graduação do Centro Universitário UNA. Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA. E-mail: reuber@ig.com.br.

² Coordenadora do curso de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA. E-mail: lsmachado@uai.com.br.

³ Este é um dos três artigos derivados da dissertação de mestrado intitulada "Representação, Utilização e Apropriação da Internet por Empreendimentos Econômicos Solidários de Belo Horizonte (MG)" e defendida em 2010, no Centro Universitário UNA.

used in this study. It was concluded from the study sample, twelve purposively selected organizations, which in the solidarity economy in the clothing sector in Belo Horizonte are favorable ratings to digital inclusion, but that such an approach does not mean complete ownership of the Internet and join the digital culture.

Keywords: Solidarity economy; Digital culture; Internet.

INTRODUÇÃO

A temática desta investigação se insere dentre as novas questões geradas pela virtualidade, sobretudo pela crescente migração dos processos comunicacionais e educacionais para a Internet e seu poder de formação de novos espaços institucionais e de novas subjetividades sociais para Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Os EES são aquelas organizações coletivas que se propõem autogestionárias, de caráter permanente, registradas legalmente, ou não, e que exercem atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário. Por meio desta pesquisa, buscou-se conhecer e analisar as apropriações da Internet por empreendimentos econômicos solidários de Belo Horizonte (MG) e apontar benefícios e limites do uso da Internet nos processos de interlocução destes empreendimentos com o mercado e a sociedade. Para tanto, o termo apropriação foi tomado no seu significado de tornar algo ou alguma coisa como própria ou conveniente ao uso e a determinadas destinações, implicando a possibilidade de adaptações visando ao atendimento de necessidades.

O advento da sociedade informacional, estruturada sob a metáfora das redes, trouxe a possibilidade de expressão e sociabilização mediada por tecnologias de informação e comunicação (TICs), estimulando o surgimento de estudos sobre a virtualidade, seus elementos e processos dinâmicos.

A inserção, na sociedade, das TICs e a disseminação da cultura derivada de sua utilização, a cultura digital,⁴ comumente representada pela Internet, trouxeram expectativas de que pudessem promover mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais.

Percebe-se, porém, que dessa introdução surgem questões culturais apontando para possibilidades aparentemente opostas de se ver esse fenômeno, seus fatores e possibilidades. De um lado, emergem aquelas demarcadas pelo determinismo social, que entende que a sociedade não estando tão preparada, devido às suas contradições internas, para mudanças mais profundas seria um obstáculo à efetivação das potencialidades da nova

⁴ Cultura digital é um conceito novo, não consolidado e seu sentido está em disputa. Nesta pesquisa, esse termo representa a ideia de que a revolução das TICs é, essencialmente, cultural. Isso significa dizer que a apropriação plena das TICs criaria possibilidades reais de democratizar os acessos à informação e maximizaria os benefícios potenciais dos bens e serviços nelas apoiados. O conceito incorpora práticas de uso integral de tecnologia digital, mas também o uso concomitante desta tecnologia com outras de outra natureza.

tecnologia. Do outro lado, a perspectiva do determinismo tecnológico, que pressupõe ser a cultura digital uma consequência linear e direta da disseminação do uso da tecnologia informática.

No desenvolvimento desta pesquisa, tomou-se, como referência, a perspectiva dialética de considerar a centralidade da tecnologia e de suas bases materiais na vida dos indivíduos e nas relações sociais, entendendo que esta não é um ente autônomo com respeito aos interesses sociais, tal como pressupõe o determinismo tecnológico e nem se mostra refém das relações sociais, tal como conjectura o determinismo social. Compreende-se, ao contrário, que a tecnologia é, essencialmente, uma criação humana e que a condição do homem de sujeito do processo tecnológico o faz ter a responsabilidade de direcionar seu curso a partir das possibilidades que ele encontra e cria.

Atualmente, pode-se dizer que é consensual a avaliação da importância da rede mundial de computadores como meio de construção, disseminação e uso de conteúdos digitais. Pode-se, também, dizer que as atividades de consumir e produzir conhecimento passaram a ser adjacentes e essenciais.

A Internet vem, a cada dia, influenciando as relações sociais do mundo do trabalho, as comunicações interpessoais e os processos educacionais formais e informais, provocando profundas mudanças na vida social, nos sistemas políticos, nos sistemas de valores e nas subjetividades. Ela é hoje um dos principais meios de acesso à informação por socializar todas as criações imateriais que nela residem e transitam em formato digital.

A grande rede de computadores e a interatividade que esta proporciona são hoje fatores fundamentais das grandes alterações em curso na cultura e no mundo do trabalho. Imagens, conceitos, ideias, interatividade e novas formas de percepção da vida desafiam o *modus operandi* do capitalismo taylorista fordista - modelo de organização da produção centrado em rotinas de trabalho fortemente fragmentado, especializado e empobrecido de conteúdos.

Cresce o interesse por verificar se a nova realidade da circulação de informações está contribuindo e de que forma para o surgimento de novos sujeitos sociais e também para a construção de novos espaços institucionais de produção e consumo de informações, conhecimentos e saberes de interesse das organizações não governamentais (ONGs), empreendimentos autogestionários, sindicatos, associações, movimentos sociais e políticos, dentre outros. Especula-se, ainda, se setores que estiveram até então à margem do circuito da informação, como o dos empreendimentos da economia solidária, poderiam, agora, contar com o apoio deste novo aliado, a Internet.

Os EES teriam, supostamente, motivos para aderir ao novo paradigma de sociabilidade, já que a economia solidária por si supõe uma mudança cultural, uma transposição da ética do mercado alicerçado na propriedade privada, no respeito à hierarquia, na divisão do trabalho etc. para uma nova ética, baseada na solidariedade, no trabalho cooperado ou associado, nas relações horizontais, na propriedade direta dos meios e resultados da produção.

Por outro lado, a economia solidária tem buscado estimular a formação de redes de organização de mercados, compartilhar saberes e tecnologias

sociais, mobilizar e se comunicar com os membros do movimento que a anima por intermédio dos meios eletrônicos. Assim, pode-se supor que, sendo uma grande rede, a Internet estaria sendo buscada pelos empreendimentos de economia solidária até porque ela iria ao encontro do espírito gregário desta economia.

Se isso for verdade, na economia solidária, a inclusão digital significa adesão por este modelo de organização social à cultura digital.

No entanto, pode-se levantar o argumento de que as metodologias e tecnologias de ação em rede não são, *a priori*, uma solução a favor da democratização e do fortalecimento da economia solidária na sua relação com o mercado. Seu potencial de apoio, organização, mobilização, empoderamento (*empowerment*) e emancipação dos trabalhadores cooperados/associados se efetiva conforme a sociabilidade que constroem em suas relações com base nesta mediação.

Esta investigação se orientou por uma proposição básica, que considera que os usos e as apropriações da Internet pelos EES pressupõem a superação de barreiras que esses empreendimentos encontram ao se inserir no mercado e na sua comunicação com a sociedade.

A pergunta que motivou essa investigação foi, portanto, a seguinte: Quais são as apropriações da Internet por empreendimentos solidários de Belo Horizonte (MG)?

Nessa investigação, a abordagem qualitativa se mostrou fundamental para observar, registrar e analisar as questões relativas às apropriações da Internet. Com base em planejamento flexível, por seu intermédio, buscou-se conhecer o discurso que se faz presente nas apropriações que os empreendimentos econômicos solidários fazem da Internet, e se esta utilização tem resultado em apropriações convenientes aos propósitos dessa modalidade de economia, fortalecendo sua identidade e capacidades.

A população referenciada compreendeu todos os EES de Belo Horizonte cadastrados na plataforma Cirandas.net e o banco de dados do Centro Público de Economia Solidária – BH.

Como conceito operacional de EES, utilizou-se o da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), definido em função do cumprimento das seguintes características: a) organizações coletivas e suprafamiliares; b) autogestionárias; c) permanentes (não são práticas eventuais); d) que podem dispor, ou não, de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; e e) que realizam atividades econômicas principais de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário.

A pesquisa foi realizada em doze EES do ramo de vestuários e acessórios do setor de produção têxtil e confecção de Belo Horizonte (MG), constituindo essa a amostra intencional.

A entrevista semiestruturada foi o instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo, que trouxe algumas questões predefinidas, mas se apresentou aberto à inclusão de outras conforme o desenvolvimento das interações.

Os dados coletados nas entrevistas foram analisados com base no referencial metodológico denominado Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). O DSC consiste numa fala de síntese, elaborada a partir de estruturas parciais de diversos discursos selecionados por terem sentidos semelhantes. Essas estruturas são reunidas num só conjunto e apresentadas na primeira pessoa. Esta técnica tem origem nos estudos sobre representação social de corte sociológico.

O DSC funda-se em técnicas de tabulação, organização e apresentação de dados qualitativos que permitem, por meio de procedimentos sistemáticos e padronizados, agregar depoimentos sem reduzi-los a quantidades (IPDSC, 2010).

Tais técnicas consistem em selecionar, nas respostas a uma questão, os trechos mais significativos, chamados de “expressões-chave”. A essas expressões correspondem algumas “ideias centrais”, que sintetizam o conteúdo discursivo revelado nas “expressões-chave”. De posse deste material constroem-se discursos-síntese, na primeira pessoa do singular, representativos do pensamento de um grupo ou da coletividade.

Essa metodologia de análise representa um salto na qualidade, na eficiência e no alcance das pesquisas qualitativas, porque permite que se conheçam e que se dimensionem, em detalhe e na sua forma natural, os pensamentos, representações, crenças e valores de todo tipo e tamanho de coletividade, sobre toda espécie de tema que lhe diga respeito (IPDSC, 2010).

A análise do DSC de que trata este artigo teve como referência fundamental o objetivo de analisar as apropriações da Internet por Empreendimentos Econômicos Solidários de Belo Horizonte, possibilitando assinalar os benefícios e limites do uso da Internet nos processos de interlocução com o mercado e a sociedade.

O POTENCIAL DEMOCRÁTICO DO USO DAS TICs PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Percebe-se que a proeminência das TICs na mediação das relações sociais contemporâneas vem reconfigurando os padrões de produção, consumo, de relacionamento interpessoal e de grupos sociais. Conhecimento e informação tornaram-se fontes estratégicas de valor econômico, político, tecnológico e sociocultural.

No entanto, o uso democrático dessas tecnologias aparece ora como possibilidade positiva ou negativa; ora como alternativa de superação ou de reafirmação das relações fetichistas do capital.

No desenvolvimento desta pesquisa, buscou-se adotar uma abordagem crítica a quaisquer dessas oposições formais e unilaterais. Entende-se que a importância das TICs como meio de superação das limitações de tempo, espaço e, mais recentemente, de informação e conhecimento necessários para o aumento da produtividade é indiscutível. Portanto, admitem-se as virtualidades positivas que traz a apropriação dessas tecnologias. Contudo, sabe-se que grandes contingentes populacionais, nos quatro cantos do país e do mundo, ainda apresentam baixa escolarização ou escolarização deficiente e que a eletricidade quando chega é tomada como uma revolução social e

que a acumulação e a globalização capitalistas têm sido enormemente potencializadas pelo uso de tais recursos tecnológicos. Logo, a questão fundamental diz respeito aos modos e finalidades do uso das TICs, daí a importância de uma maior conscientização sobre as implicações e potencial de suas apropriações.

A despeito das indeterminações e contradições sociais envolvidas nos processos de apossamento e adequação das TICs, as comunidades virtuais, as redes sociais virtuais, os fóruns de discussão, os *blogs*, e tantos outros sistemas têm se mostrado propícios às expressões e ações coletivas, moldadas graças à sinergia entre as pessoas e organizações e pela via da rede mundial de computadores, a Internet.

Observa-se o surgimento recente de tendências de uso e apropriação das TICs pelos governos municipais, estaduais e federal como meio de realização da governança de políticas públicas, digitalizar documentos, acelerar processos arrecadatórios de tributos etc. No entanto, Frey (2001, p.1) assevera que “[...] boa parte dos governos locais está ainda na prestação *on-line* de serviços públicos”.

O uso de metodologias e tecnologias de expressão e ação coletivas em rede pode fortalecer a economia solidária, uma vez que a integração dos conhecimentos adquiridos e compartilhados por diversas pessoas, globalmente dispersas, tende a desconcentrar os poderes centralizados e hierarquizados e valorizar a participação de cada indivíduo, proporcionando aos EES o poder de se multiplicar, com enorme sucesso, pela Internet.

A ATUAÇÃO EM REDE COMO UMA NOVA FORMA DE MILITÂNCIA SOCIAL, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA

Entende-se por redes sociais um ou mais conjuntos finitos de atores, ou eventos, e as relações definidas entre eles (WASSERMAN; FAUST, 1994 *apud* MATHEUS; SILVA, 2006).

Os atores são pessoas ou arranjos sociais que estejam “interagindo em causa própria, em defesa de outrem ou em nome de uma organização” (AGUIAR, 2006, p.11).

Segundo a pesquisadora, as redes tendem a ser abertas à participação e podem ser fomentadas por pessoa ou grupos com poder de liderança, que articulam indivíduos em torno de interesses, necessidades e/ou objetivos comuns.

Essa abertura também está presente quando se analisa sua finalidade. A motivação inicial que gera a rede e que serve para aglutinar seus participantes tende a se desdobrar em subsistemas não deterministas de interesses específicos. “Não há possibilidade de previsão nem de garantia de controle de todas as interações que nela vão surgir”, assevera Aguiar (2006, p.11).

As redes sociais são, portanto, estruturas dinâmicas não lineares e flexíveis por meio das quais as pessoas realizam trocas, interagem, fundam e alimentam laços, agem socialmente.

A estrutura de rede, por definição, não linear e flexível, possibilita um tipo específico de articulação e interação em ações, que podem ocorrer em prol de projetos sociais e do desenvolvimento local.

Verifica-se, portanto, o surgimento de novos espaços de militância social, cultural, política e econômica, que vem sendo possibilitado pela apropriação da metáfora de rede pela sociedade civil.

A articulação da sociedade civil em rede, segundo Adulis (2005), tem como objetivo favorecer: a) a circulação e a troca de informações; b) o compartilhamento de experiências; c) a colaboração em ações e projetos; d) o aprendizado coletivo e a inovação; e) o fortalecimento de laços entre os atores; f) a manutenção do espírito de comunidade; e g) a ampliação do poder de pressão do grupo.

Minhoto e Martins (2001) também perceberam que a noção de rede tem sido apresentada como um novo modelo de interpretação e organização das relações sociais.

Na perspectiva dos movimentos sociais,

a rede tende a aparecer como ferramenta capaz de construir novas formas de agregação de interesses e reivindicação de demandas [...] destinada prioritariamente a auxiliar na construção de uma sociabilidade solidária (MINHOTO; MARTINS, 2001 p.89).

A ação coletiva em rede propicia a reconfiguração das relações sociais, ampliando as formas de se posicionar criticamente no mundo. A Internet tem um papel significativo nesse movimento, haja vista ser um instrumento que encurta distâncias e facilita o acesso, o controle e o armazenamento de informações, além de permitir a criação de espaços virtuais favoráveis à ação coletiva, ao debate de ideias e à construção colaborativa de conhecimento.

A partir dos anos 80, as redes eletrônicas disseminaram-se nos movimentos sociais e entre os participantes de organizações da sociedade civil.

Em 1981, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), que tem como um de seus principais objetivos a disseminação de informações na sociedade, integrou-se a um projeto internacional chamado Interdoc, cuja finalidade era o uso do correio eletrônico para o intercâmbio de informações entre ONGs de todo o mundo.

Participavam do projeto dezenas de entidades da África, América Latina, Ásia e Europa.⁵ Contudo, o uso desse sistema ainda era extremamente oneroso.

Em 1996, segundo Aguiar (2006), centenas de atores sociais, participantes de organizações da sociedade civil e movimentos sociais já usavam a comunicação eletrônica para articular ações, por meio da Rede Alternex.

A Alternex foi o primeiro serviço brasileiro de acesso à Internet fora da comunidade acadêmica. Pioneiro no serviço internacional de mensagens e conferências eletrônicas, por meio dela era possível trocar mensagens com diversos sistemas de correio eletrônico de todo o mundo, incluindo a Internet.

⁵ Para conhecer mais sobre a Interdoc, seu histórico, propósitos e realizações, consultar: <http://131.193.153.231/www/issues/issue10_5/murphy/>. Acesso em: 5 jan 2011.

As ONGs ambientalistas foram pioneiras na utilização da Internet, para articulação das suas redes sociais, via troca de mensagens e conferências temáticas (AGUIAR, 2006).

Portanto, as formas de expressão e de ação coletiva em rede apoiada em TICs traduzem uma inteligência coletiva dos grupos que têm acesso à Internet. Mas estas se apresentam convenientes aos propósitos da modalidade de economia solidária? São fortalecedoras de sua identidade e capacidades? Ou, os participantes dessa economia alternativa têm se utilizado dessas formas de expressão e de ação coletiva delas se apropriando entendendo seus significados e potencialidades?

Os benefícios do uso das TICs nos processos de interlocução com as esferas políticas e com o mercado residem no seu potencial de integração dos seus usuários na participação de diferentes setores e instituições da sociedade por meio do uso de aplicativos e sistemas que viabilizem a construção de espaços de convivência, diálogo, participação, consumo, produção e geração de alternativas para seus projetos de desenvolvimento local.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Para a realização deste estudo sobre apropriações da Internet por EES, foi definida uma amostra intencional de doze empreendimentos do segmento da produção têxtil e confecção, sediados em Belo Horizonte e cadastrados no Atlas da Economia Solidária.

A tabulação dos dados dos questionários revelou que as mulheres são maioria absoluta nos EES desse setor. A pesquisa revelou, ainda, que o número de associados ou cooperados varia entre 4 e, aproximadamente, 50 trabalhadores.

Um fato importante a ser considerado é que em conversas informais alguns associados revelaram que os companheiros, filhos e filhas os ajudam, ainda que ocasionalmente, em tarefas tais como: transporte de pessoal, logística de mercadorias e pesquisas na Internet. Mesmo assim, esses “trabalhadores ocasionais” não foram adicionados aos números expostos acima.

A feira parece ser o principal canal de distribuição dos produtos, tendo sido citada por todos os EES consultados. Além da feira, a venda por meio de lojas próprias e a atuação em clubes de compra e troca apareceram na amostra do estudo, ainda que em reduzido número.

Embora a intenção da pesquisa fosse de se ater ao setor de produção têxtil e confecção, os dados mostraram que é alta a diversidade que compõe o *mix* de produtos dos EES pesquisados. Dentre os principais constam: brinquedos pedagógicos, bolsas, toalhas de mesa, aventais, carteiras, garrafas de água, sacolas ecológicas, *banners*, saias, pintura em tecido, tapetes, barbantes, sapatos, porta-bijuterias, almofadas, “bate mão”, pano de prato, porta-pães, etc.

A roupa e os acessórios, produtos da indústria do vestuário, se caracterizam pela sazonalidade das tendências de modelos, fato típico do campo da moda, determinado por fatores diversos de ordem temporal, cultural, geográfica e

mercadológica. Segundo Andrade, “A dualidade da roupa, enquanto bem econômico e simbólico, congrega informações de diversas áreas, como econômica, gerencial, do campo da moda e do contexto sócio-cultural” (ANDRADE, 2002, p.40).

Essas contingências se fazem presentes desde a concepção da ideia à produção e distribuição dos produtos para os clientes. Cabe, assim, indagar: A utilização da Internet por EES tem resultado em apropriações convenientes aos propósitos desta modalidade de economia e fortalecedoras de sua identidade e capacidades?

APROPRIAÇÕES DA INTERNET POR EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Os discursos dos sujeitos foram coletados em entrevistas, transcritos, analisados, organizados, reunidos e sintetizados a partir da metodologia de análise denominada Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que, conforme explicam Lefèvre & Lefèvre (2003, p.56), pode ser apresentado de várias maneiras, satisfazendo a intenção do pesquisador.

Desse modo, optou-se por apresentá-lo na forma de dois discursos-síntese, reunindo a maioria das expressões-chave de cada respondente ao conjunto das questões do instrumento de coleta de dados. Esses discursos representam duas ideias centrais, expressas nas falas dos sujeitos coletivos. A primeira se refere à apropriação da Internet para aperfeiçoar o desempenho de algumas funções administrativas e a outra concerne a apropriações que não têm esse propósito.

A seguir, apresenta-se o discurso-síntese dos empreendimentos econômicos solidários que se manifestaram por apropriar da Internet para aperfeiçoar o desempenho de algumas funções administrativas:

Para o nosso empreendimento solidário, a Internet é importante. Eu tenho acesso a informações, projetos, modelo de *folder*, um material qualquer. Fico informado sobre os movimentos sociais, sobre as notícias. Às vezes não dá para participar de uma reunião, então eu acesso pela Internet tudo o que aconteceu e eu ganho tempo. Nosso empreendimento se beneficia com essas informações. Eu também já comprei máquinas pela Internet e é comum pesquisar preços de matérias-primas, mas a compra é *in loco*. É mais prático assim. Algumas contas nossas são pagas pela Internet, mas é a nossa contadora que faz isso. Mas eu sei que a questão principal da Internet é a divulgação dos nossos produtos. Geralmente por *e-mail*, eu convido as pessoas a conhecer os produtos da gente. Nos eventos, nas feiras, eu anoto os *e-mails* das pessoas e depois envio para elas os modelos dos produtos, a tabela de preços, fotos, etc. Já vendi uma vez assim, para Belém. Conheci a cliente na feira, mas os contatos foram por *e-mail*. Ela comprou e nós enviamos por SEDEX. Mas agora estamos procurando fazer um *site* para divulgar melhor os nossos produtos para outros estados. Eu também uso a Internet para conhecer outros produtos de outras pessoas, de outros lugares. Já utilizamos a Internet para recrutar voluntários. Visitamos faculdades e alguns alunos se colocam à disposição para ajudar. Aí eu sempre mando *e-mails* para essas pessoas que se ofereceram. Assim, elas vão repassando os *e-mails* da gente. Dessa forma, a gente consegue ajuda. Internamente, também, é comum comunicarmos pela Internet. Normalmente por *e-mail*. Mas algumas de nós têm MSN, e participam da rede de relacionamento, o Orkut. Eu também me comunico com o pessoal da economia solidária. Acessamos o *site* para pesquisar sobre o Fórum de Economia Solidária. Então estou sempre em contato, para ver o que está acontecendo nos movimentos.

Agora, apresenta-se o discurso-síntese dos empreendimentos econômicos solidários que manifestaram não fazer apropriação da Internet para aperfeiçoar o desempenho de funções administrativas:

Eu acho que a Internet é importante para mim. Se você não sabe usar, então pode se sentir excluída. Tanto que tem gente mais velha agora que quer aprender. Porque a Internet é boa para o ofício e também pra casa, ou seja, para a vida particular. Pra viajar, hospedar-se num hotel. A Internet é, de fato, importante, só que eu acho que a gente poderia aproveitar mais da Internet. Eu podia ir além, e diminuir um pouco do meu trabalho. Eu acho que falta fazer curso, se especializar melhor. Se eu já dominasse a Internet, aí então eu poderia interagir mais com o grupo, com as colegas. Poderia, ainda, ensinar as colegas também. Então eu acho que o que pega é o conhecimento. No empreendimento ainda não utilizo a Internet para comercializar os produtos porque o grupo começou agora. Ainda não está organizado para isso. Preciso de mais informação, de mais conhecimento para fazer isso. Primeiro, é necessário fazer um *site* com os nossos produtos e isso é caro. Então ainda não tenho condições. O grupo está um pouco novo. Então ainda não está totalmente organizado para fazer esse tipo de coisa. Mas eu acho que no futuro nós vamos chegar lá. É uma coisa que eu estou pensando em fazer sim. A intenção é usar a Internet para crescer. Nós também não utilizamos a Internet para divulgar os produtos. Talvez por falta de tempo, de pensar nisso. Como disse, o grupo está começando agora, então agora que estamos organizando. No entanto, pretendemos divulgar, tanto pelo Brasil como para fora. É importante, vai melhorar 100%. Também não utilizamos a Internet para selecionar fornecedores, comprar matéria-prima, insumos, pelos motivos expostos anteriormente, ainda não estamos bem organizados para isso. Além disso, eu compro ainda em quantidade pequena e já tenho os lugares onde comprar. Então, sempre compro lá e comparo os preços lá e cá. Mas é bom estar atualizando. Fazer uma pesquisa. Vou passar a fazer isso na Internet. Quanto à utilização da Internet para recrutar novos cooperados/associados, também não possuímos essa prática. Ainda está sendo na base da conversa. Nem todo mundo tem condição para ter Internet. Mas pode ser que eu adote essa prática. Não pensei nisso antes. Ainda não tivemos essa necessidade, mas se tiver uma demanda, provavelmente adotarei. Acredito. Também não utilizamos a Internet para treinar cooperados/associados. Porque não chegamos ainda neste nível. Somos um grupo pequeno, estamos sempre face a face. Creio que esse tipo de treinamento é para um grupo maior. Além disso, os treinamentos são muito eventuais. Então eu acho melhor ser chamado pra um treinamento presencial onde se vê a pessoa, conversa com ela. Corpo a corpo mesmo. Nós achamos melhor assim. Por outro lado, acho que é uma questão de aproveitar mais os serviços que a Internet possui. Pela Internet poderia trabalhar com outros grupos e empreendimentos de outros bairros. Ajudaria. Mas vamos chegar lá. Com o tempo vamos usar. Quanto a utilizar a Internet para pagamentos de contas, eu não confio. Eu não faço transação financeira pela Internet, porque ainda não tenho essa confiança. Eu tenho muito receio ainda. Clonagem de cartão de crédito, do banco, de documentos. Contudo, provavelmente, futuramente utilizaria sim. Quanto a nos comunicarmos com os cooperados/associados e com os movimentos sociais pela Internet, eu acho que coisas pequenas poderiam resolver-se mais rapidamente se utilizássemos essa comunicação. Seria para ler um *e-mail*, uma informação. Mas falta equipamento no nosso grupo.

CONCLUSÕES

A conjuntura contemporânea faz emergir o sentimento da necessidade de mergulhar em uma cultura que contemple a intermediação digital.

Os EES teriam supostamente motivos para aderir ao novo paradigma tecnológico de informação e comunicação porque a economia solidária estimula uma mudança de cultura a favor do gregarismo, a formação de redes e se insere em um mercado competitivo. Contudo, verifica-se a partir da amostra estudada, que foi intencional e cobriu doze agrupamentos, que na economia solidária do setor de vestuário de Belo Horizonte encontram-se

avaliações favoráveis à inclusão digital, mas que tal posicionamento não significa plena apropriação da Internet e adesão à cultura digital.

Os dados obtidos e apresentados comprovam que não é a carência material (de equipamentos) que impede a apropriação da Internet pelos EES, muito menos um olhar negativo sobre esta. Há em alguns casos a inclusão digital, mas sem que haja mudança cultural, já que os empreendimentos acessam a Internet, mas mantêm estilos de gestão anteriores.

Embora as teorias afirmem que a emergência das TICs inaugura uma nova cultura (a cultura digital), a realidade tem mostrado que nem sempre o acesso de pessoas ou grupos a estas tecnologias possibilita efetiva mudança cultural, pois esta implica hábitos, atitudes e comportamentos de novo tipo.

Logo, percebe-se que há defasagens, desencontros ou contradições com o que o senso comum e os apologistas dos novos meios digitais preconizam e alardeiam.

Nesse sentido, propõe-se que investigações sejam realizadas para verificar as seguintes hipóteses e permitir maior compreensão do problema identificado:

1) Relação custo x benefício

A organização autogestionária pressupõe um equilíbrio das forças de trabalho entre aqueles que participam das atividades econômicas. Logo, alguns trabalhadores reagem negativamente à investida da cultura digital, uma vez que isto pressupõe uma mobilização de tempo e trabalho cujo retorno não está muito claro aos participantes desta modalidade de economia.

2) Conflitos na concepção de trabalho: o trabalho intangível (intelectual) x tangível (produtivo-operacional)

A inserção na cultura digital introduz novas tarefas, rotinas e processos. Alguns destes são intangíveis, de difícil mensuração, como, por exemplo, a função da pesquisa. Isso poderia ser alvo de críticas por aqueles que comungam de uma cultura tradicional, que contabilizam os ganhos somente na produção tangível, isto é, na quantidade de produtos produzidos. Assim, evita-se o uso e a apropriação da Internet porque este grupo pode ser estigmatizado como preguiçoso e acusado de não compartilhar dos esforços coletivos da produção.

3) A instabilidade dos laços econômicos na modalidade solidária

A Economia Solidária vista pelo viés da complementação da renda, portanto, como uma atividade periférica, “um bico”, implica vínculos trabalhistas instáveis e uma preferência por capacitações cujos retornos sejam imediatos. Esse cenário favorece um comportamento reativo frente à necessidade de mudança de hábitos e desenvolvimento de novas competências e habilidades que a cultura digital estabelece.

4) Economia Solidária não estimula a competitividade

O discurso teórico corrente explica o surgimento das TICs e defende a sua apropriação devido à lógica da competitividade. Contudo, a economia solidária pressupõe formas alternativas de organização e se fundamenta na

ética da solidariedade. A competitividade cede lugar à mútua cooperação, à solidariedade, ao amor. Uma economia pautada nesta premissa não carece fazer uso das TICs para aumentar a produtividade, a inovação e a competitividade.

5) A sociabilidade afetuosa das feiras

Muitas das resistências se depositam na durabilidade da cultura da feira como um patrimônio social. A feira como expressão visível do mercado em rede, das trocas tácitas, do calor humano. A feira como tecnologia de organização de mercados, socialmente difundida na Economia solidária, onde os EES constroem relações de sociabilidade mais afetuosas que aquelas mediadas pelas TICs.

6) A autoimagem e a proatividade

A crença das pessoas em seu potencial para benefício próprio, de terceiros e de tudo ao seu redor representa a proatividade. Os trabalhadores da economia solidária apresentam uma autoimagem negativa, uma sensação baixa de autoeficácia. As pessoas que assim se consideram têm maior dificuldade para empreender ações de inserção na cultura digital porque se sentem incapazes de se apropriar da Internet para solucionar seus problemas.

7) Questões de gênero e tecnologia

A ciência e tecnologia foram, por muito tempo, vistas como atividades masculinas. As relações de gênero, permeadas pelas relações de poder, levaram à definição de profissões que seriam atribuídas às mulheres. O uso de tecnologias socialmente difundidas entre as mulheres, no setor de vestuário, pode explicar a desconfiança destas no uso de tecnologias avançadas na atividade do trabalho. Isso porque, por vezes, essas tecnologias replicam as relações de poder e substituem as relações humanizadas que essas dispõem no setor.

A população estudada é rica de conhecimentos (opiniões, valores e atitudes), contudo, estes conhecimentos é que vão se constituir, muitas vezes, em barreiras à mudança nos padrões de comportamento com relação à tecnologia utilizada.

As informações obtidas apontam para a necessidade de novas pesquisas. Esta pesquisa permitiu constatar que o número de publicações sobre o tema é ainda muito pequeno diante da importância do problema, reforçando a necessidade de novas investigações.

Sugere-se que as políticas dirigidas ao incentivo da economia solidária contemplem programas e projetos de letramento digital, para que os sujeitos da economia solidária possam tomar consciência da potencialidade das TICs e direcionar seu curso de desenvolvimento e apropriação de modo que essas tecnologias se transformem em soluções a favor da democratização e do fortalecimento da economia solidária na sua relação com o mercado e com a sociedade.

REFERÊNCIAS

ADULIS, D. **O desafio das redes**. Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmtes_fev2005.cfm>. Acesso em: 1 jul. 2009.

AGUIAR, S. **Redes Sociais e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação**. Relatório final de pesquisa. Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação da Rede de Informações para o Terceiro Setor (Nupef/Rits). Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/oi000015.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2009.

ANDRADE, M. E. A. A informação e o campo das micro e pequenas indústrias da moda em Minas Gerais: a entrada no campo da indústria da moda. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.7, n.1, p.39-48, jan.-jun. 2002.

FREY, K. Governança eletrônica: experiências de cidades europeias e algumas lições para países em desenvolvimento. **Informação pública**, Belo Horizonte, v.3, n.1, p.31-48, 2001. Disponível em: <<http://www.ip.pbh.gov.br/revista0301/ip0301frey.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

IPDSC - **Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo**. Disponível em: <<http://www.ipdsc.com.br/>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: Educs, 2003.

MATHEUS, R. F.; SILVA, A. B. de O. Análise de redes sociais como um método para a Ciência da Informação. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.1-15, abr. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr06/F_I_art.htm>. Acesso em: 8 jul. 2009.

MINHOTO I. D.; MARTINS, C. E. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos Fundap**, Brasília, n.22, p.81-101, 2001.